

PARECER Nº , DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA e CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 3, de 2008 (Projeto de Lei nº 274, de 2003, na Casa de origem), que “altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, referente à destinação de bens apreendidos”.

RELATOR: Senador **MARCONI PERILLO**

I – RELATÓRIO

O PLC nº 3, de 2008 (Projeto de Lei nº 274, de 2003, na Casa de origem), de autoria do Deputado Sarney Filho, pretende aperfeiçoar a Lei de Crimes Ambientais no artigo que regula a apreensão do produto e do instrumento da infração ambiental.

A proposição integra uma das várias sugestões presentes no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que analisou o tráfico de animais e plantas silvestres da fauna e da flora brasileiras, a CPITRAFI. O relatório assevera que as normas que regulam a destinação da madeira apreendida (art. 25 da Lei nº 9.605, de 1998) devem ser aprimoradas, no intuito de se incluir previsão de que as entidades beneficiadas com as doações não possam comercializar a madeira recebida.

O projeto em exame chegou a esta Casa Legislativa em 11/1/2008, tendo sido distribuído às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) em 7/2/2008. A designação do relator da matéria no âmbito da CCJ ocorreu em 12/2/2008. Em 11/3/2008, apresentamos relatório com voto pela aprovação do projeto, com três emendas. Após vista coletiva, concedida em 5/11/2008, nos termos regimentais, a matéria foi encaminhada em 13/11/2008 a este relator, para reexame.

II – ANÁLISE

A esta comissão cabe analisar o mérito da proposição, por tratar de direito penal (RISF, art. 101, II, d), bem como a sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

A proposição não afronta a Constituição Federal, tendo em vista não gerar desarmonia ou contrariedade a qualquer dispositivo da Carta Magna. Ademais, a matéria não está entre aquelas de iniciativa legislativa privativa do Presidente da República, consignadas no art. 61, § 1º, da Constituição.

Quanto à juridicidade, também não vemos conflito do PLC em relação a qualquer norma do ordenamento jurídico infraconstitucional.

No que diz respeito aos aspectos regimentais, encontram-se plenamente atendidos, o mesmo podendo-se dizer quanto à técnica legislativa.

Quanto ao mérito, com vistas ao aperfeiçoamento da proposição, entendemos oportuno realizar algumas alterações nos §§ 2º e 3º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 1998. No § 2º, no sentido de garantir que as doações de produtos perecíveis sejam feitas a instituições de natureza pública no município de apreensão; e no § 3º, para incluir produtos não-perecíveis na previsão do dispositivo. Sugerimos, ainda, que seja vedada a comercialização dos produtos apreendidos, o que se encontra previsto no final das redações propostas, tanto para o § 2º quanto para o § 3º.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLC nº 3, de 2008, com a emenda abaixo transcrita:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2008, a seguinte redação:

“**Art. 1º** O art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências*, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 25.

.....

§ 2º Tratando-se de produtos perecíveis, serão estes avaliados e doados a instituições hospitalares, penais, educacionais e outras beneficentes de natureza pública, no município de apreensão, vedada a sua comercialização.

§ 3º Tratando-se de madeiras e produtos não-perecíveis, serão estes avaliados pela prefeitura do município de apreensão, podendo ser utilizados em benfeitorias para o município ou doados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de que trata a Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001, ou, no caso de sua extinção, a ações finalísticas no âmbito da política nacional de segurança alimentar e nutricional, vedada a sua comercialização.

..... (NR)’ ”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator